

## **Boas universidades e bons cursos não podem depender de professores temporários**

*Mário Araújo Filho (\*)*

O governo federal alardeia a expansão do sistema público de educação superior. Anunciam-se novos cursos de graduação, novos campi e novas extensões universitárias. Tudo se passa como se bons tempos houvessem chegado, finalmente, para a combalida universidade brasileira. Não pode avaliar e interpretar – a opinião pública – de outra forma: se o sistema público de terceiro grau se expande e as instituições assumem maiores responsabilidades, é porque, certamente, as estruturas já existentes estão funcionando muito bem. A realidade, no entanto, não é o que aparenta.

Para nos atermos a apenas um aspecto, vamos nos referir, neste comentário, à disponibilidade de professores para assumir a ministração das disciplinas que integram as estruturas curriculares dos cursos de graduação. É o mínimo com que uma universidade deveria contar para seu funcionamento: professores efetivos em número suficiente para dar conta dessas responsabilidades. Não é o que ocorre na prática. Cada vez mais, as universidades vêm sendo forçadas a recorrer à contratação de professores-substitutos para que as aulas continuem acontecendo.

Como se sabe, contratações em caráter temporário, como a de professores-substitutos, são soluções emergenciais para a impossibilidade de contar, num dado momento, com professores do quadro efetivo, afastados por aposentadoria, morte, ou outra forte razão. Para que atividades fundamentais como as aulas não sofram solução de continuidade – muitas vezes com o semestre letivo em pleno andamento – é que se recorre à contratação de “temporários”. Com isso, a instituição não interrompe as atividades de ensino da disciplina prejudicada, e ganha tempo para buscar solução definitiva para o problema.

E solução definitiva é a alocação de vagas, pelo governo federal, para a universidade, de modo que possa ser aberto e realizado concurso público de provas e títulos para a contratação de professores efetivos. Infelizmente, a oferta dessas vagas não vem se dando na quantidade e ritmo necessários para atender às demandas das instituições, que se vêem então obrigadas a recorrer à contratação de professores-substitutos, o que se dá – por imposição legal – pelo período de um ano, renovável por mais um. Se o professor-substituto se afasta (pede rescisão de contrato) na metade do período letivo, por exemplo – deixando os alunos “na mão” – a universidade apela, mais uma vez, para a solução de emergência, agora numa condição surreal: contratar substituto para substituir substituto! Ora, como é possível construir, manter e consolidar cursos de graduação de bom nível com tal instabilidade no quadro de professores?

Recentemente, um jornal paraibano noticiou que uma universidade pública iria abrir concurso para a contratação de dois professores-substitutos. Salário para candidatos apenas com graduação: 900 reais! Ou seja, pouco mais do que o governo federal está prometendo como piso salarial para os professores do ensino básico. Professores estes que, aliás, merecem bem mais que o prometido. O que se chama aqui à atenção, é que, muitas vezes, o professor-substituto pede rescisão de contrato – e isso é compreensível – quando surge uma oportunidade de trabalho melhor remunerada. Vai embora e deixa para trás (para a universidade) um problema quase sempre difícil de ser resolvido: alunos sem aula com o período letivo em pleno andamento.

Contratados emergencialmente, muitas vezes os professores-substitutos são compelidos a assumir disciplinas de alta relevância nas estruturas curriculares. Contratados há que já contam com alguma experiência docente anterior; outros, não. Não raro, tratam-se de profissionais recém-formados, com pouca experiência de ensino, e aos quais se entregam, por vezes, turmas de disciplinas diferentes com grande número de alunos. Enquanto isso, departamentos (unidades acadêmicas) que já foram grandes no passado (em número de docentes), vão perdendo quadros e definhando, a ponto de não mais dar conta de suas responsabilidades para com o ensino. E isso sem falar dos prejuízos para as demais atividades-fim da universidade, a pesquisa e a extensão.

Não é difícil aquilatar as danosas conseqüências dessa situação para a qualidade dos cursos e, em decorrência, para a qualidade da formação profissional dos estudantes. Bons cursos e boas universidades têm que contar com corpo docente estável, efetivo, majoritariamente em tempo integral. No entanto, as autoridades educacionais ligadas ao MEC parecem estar considerando este um problema menor. Chegam a divulgar estatísticas que, supostamente, comprovariam que há excesso (!) de professores, alegando que é preciso aumentar a relação alunos por professor, sem levar em conta que as “médias” são muitas vezes enganosas, e que mascaram a real necessidade de docentes em áreas e disciplinas especializadas.

Como se vê, trata-se de um quadro preocupante. E é lamentável que a euforia com a criação de novos cursos de graduação e novas estruturas universitárias, obscureça a visão e a atenção dos dirigentes educacionais, em vários níveis, para a difícil situação dos cursos existentes. O triste saldo dessa atitude míope pode ser a fragilização da universidade como um todo: estruturas novas (e débeis porque são novas), somadas a estruturas antigas, tradicionais, em acelerado processo de deterioração. Observe-se que aqui nos ativemos apenas a quantitativos do corpo de professores, sem abordar aspectos igualmente importantes, tais como: capacitação docente, condições de salas de aula, bibliotecas, laboratórios, infra-estrutura física em geral. Oxalá o “desastre anunciado” – e que ficará evidente somente no longo prazo – não aconteça, e que o autor destas linhas esteja redondamente enganado em sua projeção. Torço sinceramente por isso.

*(\*) Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)*

**Publicado no site Paraíba On Line <[www.paraibaonline.com.br](http://www.paraibaonline.com.br)>**